

ESFORÇOS PARA A PAZ

ANUNCIADOS PRINCÍPIOS PARA O DIÁLOGO COM VISTA A PÔR FIM À VIOLÊNCIA

TEXTO DE ROBERTO UAENE

FOTOS DE KOK NAM E NAITA USSENE

O Presidente Joaquim Chissano anunciou numa Conferência de imprensa concedida no dia 17 de Junho que o governo moçambicano está empenhado num processo visando criar condições para a paz em Moçambique. No âmbito desses esforços, encontra-se em Nairobi uma delegação de dirigentes religiosos da RPM para conversações com a chamada RENAMO para auscultar as suas intenções e, possivelmente, criar-se condições para um diálogo directo entre o Governo e os cabecilhas dos bandidos armados com vista a pôr fim à violência no País. O Governo moçambicano condiciona esse diálogo à aceitação pela chamada RENAMO de um conjunto de princípios que permitam pôr fim à violência e normalizar a vida de todos os moçambicanos incluindo aqueles que se encontram ainda envolvidos no banditismo armado.

N'Komati e os que o precederam, o governo está em busca da paz para a República Popular de Moçambique e as iniciativas nunca cessaram desde essa altura. «O processo de contactos com a Áfri-

ca do Sul foi interrompido depois de verificadas as violações do Acordo de N'Komati e esteve dormente por um longo período mas não faltaram, mesmo assim algumas acções e iniciativas para tentar criar condições para a paz».

Segundo disse o Presidente Joaquim Chissano, durante o período em que estiveram interrompidos os contactos com a África do Sul, as iniciativas de paz estiveram concentradas sobre os factores externos da violência e da desestabilização do país com o fito de minimizá-los ao máximo antes de se debruçar sobre as questões internas. «Houve vários contactos de explicação para fazer compreen-



«Angariámos a simpatia da comunidade internacional.» Presidente Joaquim Chissano

Falando a jornalistas nacionais estrangeiros, o Presidente Joaquim Chissano disse que desde os dias que antecederam o Acordo de

COM CHISSANO, COM O PARTIDO FRELIMO VENCEREMOS!

5.º CONGRESSO

der qual era a natureza da guerra em Moçambique a toda a comunidade internacional e tivemos sucessos».

«E essa natureza da guerra devia ser compreendida inclusivamente dentro da África do Sul. Conseguimos grandemente que esta mensagem chegasse a vários sectores da população sul-africana e mesmo aos meios políticos e económicos da África do Sul», disse o Presidente Joaquim Chissano acrescentando que nesses encontros angariámos muita simpatia da comunidade internacional.

NOVOS PASSOS

Segundo disse o Presidente Joaquim Chissano, com os sucessos dos contactos mantidos com a comunidade internacional durante o período em que se suspenderam os encontros com a República da África do Sul, foi possível voltar-se aos contactos com os sul-africanos através das comissões estabelecidas, tal é o caso da Comissão Conjunta de Segurança, a comissão para os assuntos económicos e algumas comissões especiais como é o caso da de Cahora-Bassa.



Um jornalista estrangeiro fazendo uma pergunta ao Chefe do Estado

O ponto saliente desses encontros com os sul-africanos foi o encontro do Songo entre o Chefe do Estado Moçambicano e o Presidente Pieter Botha

Enquanto isto, no interior, decorriam em simultâneo auscultações do sentimento da população quanto ao problema da guerra. Na auscultação encontrou-se um grande repúdio aos actos de terrorismo ao mesmo tempo que se de-

monstrava um grande desejo de ver a guerra terminada. A população prontificou-se a combater de todas as formas, inclusive militarmente, no sistema de autodefesa em apoio aos esforços gigantescos que as Forças Armadas estavam a realizar para eliminar o banditismo armado.

«Por via militar conseguimos enfraquecer substancialmente o campo do terrorismo, o campo do

PRINCÍPIOS PARA O DIÁLOGO

O Governo moçambicano preparou um conjunto de princípios a serem apresentados pelos dirigentes religiosos à delegação da chamada RENAMO na reunião de Nairobi. Os princípios consagram aquilo que o governo considera imprescindível respeitar para que possa haver um diálogo directo que ponha fim à violência e desestabilização em Moçambique. Eis os pontos apresentados pelo Presidente Joaquim Chissano durante a conferência de Imprensa:

Estamos perante uma operação de desestabilização que não deve ser confundida com uma luta entre dois partidos.

A operação tem sido realizada através de acções brutais de terrorismo que provocam sofrimentos imensos que incidem sobretudo sobre a população e sua propriedade.

Já foram mortas centenas de milhar de pessoas.

Muitas infra-estruturas económicas e sociais do país vêm sendo destruídas ou paralisadas impedindo a vida normal dos cidadãos e lançando milhões de pessoas na situação de deslocados.

Trata-se de procurar pôr termo a esta situação desumana.

A primeira acção deve ser a paragem de todas as acções terroristas e de banditismo.

Trata-se em seguida de criar condições para a normalização da vida de todos os cidadãos moçambicanos de forma a que todos possam por um lado participar na vida política, económica, social e cultural do país e por outro lado na discussão e definição das políticas que conduzam o país em cada um destes aspectos (político, económico, social e cultural).

Estas políticas são estabelecidas por consenso nacional formulado através dum processo de consulta e debate com as populações ou grupos sociais envolvidos. As principais leis relativas à terra, saúde, educação, fo-

banditismo, o campo da desestabilização. Recuperámos lugares estratégicos, enfraquecemos outros ainda não recuperados mas ficámos sempre com a convicção de que era preciso intensificar outras medidas não militares para acelerar o processo de paz», disse o Presidente Joaquim Chissano.

Com base na auscultação da população, o governo decidiu auscultar de perto os moçambicanos que atacavam o povo, a República Popular de Moçambique a ver se podiam responder concretamente sobre as suas intenções, sobre o que queriam e para determinar de maneira mais clara quem eram eles.

Presidente Joaquim Chissano disse que sempre houve o cuidado de que quem fosse que os contactasse, não desse aos cabecilhas a identidade que eles não têm.

acentou que eles não podiam ser considerados um movimento político e muito menos um Partido porque não o são. «Conhecemos como foram criados, conhecemos a génese de todo o movimento. Eles não são um movimento político, não são um Partido. Aliás os argumentos que eles começaram a utilizar mais tarde, certamente

por orientação externa, não têm lógica nenhuma se considerarmos que o movimento foi iniciado mesmo antes da independência».

O Chefe do Estado disse que depois da auscultação foram iniciados contactos com os bandidos armados.

Os contactos foram feitos a pedido das autoridades moçambicanas por dirigentes religiosos para saber quem eram os bandidos armados e o que eles queriam para se ter uma base de raciocínio. Dos contactos dispersos havidos, e através de outros canais, chegou-se, com o apoio do governo do Quênia, a organizar um encontro entre a chamada RENAMO e os dirigentes religiosos: religião católica e igrejas que se encontram filiadas no Conselho Cristão de Moçambique.

Nesse encontro, houve dificuldades de discussão mas os dirigentes religiosos ficaram com a impressão de que era possível conseguir-se o fim das atrocidades na população o que não aconteceu. O apelo havia sido feito pelos religiosos com base em princípios humanitários e apelaram para se encontrarem com o próprio chefe

deles, Afonso Dlakama, porque teriam de discutir com ele numa tentativa de criar condições para o diálogo directo entre o Governo da RPM e os cabecilhas da dita RENAMO.

Para a realização desse encontro passou muito tempo e finalmente foi decidido marcá-lo para o dia 12 de Junho. Os dirigentes religiosos estiveram prontos mas foi alterado para o dia 17 e depois para 19. O encontro veio a ser de novo adiado para 12 de Julho mas até ao dia 18 os representantes da dita RENAMO não tinham comparecido para o encontro.

Para acompanhar este processo de conversações entre os dirigentes religiosos e uma delegação da chamada RENAMO no Quênia, o Governo enviou para Nairobi uma delegação que não participa nas conversações mas está lá para prestar alguns esclarecimentos que sejam solicitados tanto pelos religiosos como pelos governantes quenianos.

O Presidente Joaquim Chissano disse também que para fazer avançar o processo, o Governo decidiu dar recomendações aos religiosos e ao governo do Quênia indicando-

ram aprovadas após consulta popular. A revisão da Constituição ainda em curso está sendo realizada através de debate que visa introduzir crescentes factores de participação democrática no funcionamento do Estado.

As instituições religiosas estão a ser consultadas no processo de preparação da legislação sobre as liberdades religiosas.

O diálogo tem como objectivo clarificar estas posições e dar garantias de participação para todos os indivíduos incluindo os até aí envolvidos em acções violentas de desestabilização.

Essa participação e gozo de direito refere-se desde logo aos processos que já estão em prática no que respeita à afirmação dos princípios definidos na Constituição quanto:

- à defesa das liberdades individuais e colectivas;*
- à defesa dos direitos humanos;*
- à defesa dos direitos democráticos.*

As liberdades individuais e liberdades sociais tais como a liberdade de culto, de expressão e de reunião são garantidas.

Elas não devem ser utilizadas contra o interesse geral da Nação. Não podem ser utilizadas para destruir a unidade nacional, a independência nacional e a integridade das pessoas e bens. Não podem ser utilizadas para propagar o tribalismo, o racismo, o regionalismo ou qualquer forma de divisionismo ou sectarismo. Não

podem ser utilizadas para a preparação ou perpetração de actos punidos por lei tais como roubo, assassino, agressões.

Não podem ser utilizadas para preparação ou perpetração de acções violentas contra o Estado e a Constituição, tais como movimentos secessionistas ou golpes de Estado.

As mudanças ou revisões políticas ou constitucionais ou das principais leis do país onde em muitos casos já se realizou ou está em curso um debate ou consulta com cidadãos podem ser feitas e só podem ser feitas com ampla participação de todos os cidadãos.

É inaceitável que um grupo utilize a intimidação ou violência para se impor ao conjunto da sociedade. É antidemocrático alterar ao sabor da violência de um grupo a constituição e as leis principais do país.

A normalização da vida e integração dos elementos até agora envolvidos em acções violentas de desestabilização implica de forma geral a sua participação na vida económica e social através das formas adaptáveis e acordadas pelos próprios e garantidas pelo Governo.

A aceitação destas bases pode conduzir a um diálogo sobre as modalidades de pôr fim à violência, estabelecimento da Paz e a normalização da vida para todos no país.

-lhes quais são os princípios a serem observados para que haja um diálogo entre o Governo e a dita RENAMO. Os princípios haviam sido transmitidos oralmente aos religiosos e aos governantes quenianos mas como houvesse muitos países interessados em saber, o Governo decidiu passar esses princípios para um papel e distribuí-lo por esses países incluindo Portugal e a África do Sul para mostrar que o Partido Frelimo e o governo da RPM não eram contra o diálogo em si mas que rejeitavam qualquer diálogo fora desses princípios.

Segundo disse o Presidente Joaquim Chissano, uma vez aceites esses princípios então haveria diálogo. Ele referiu que os pontos haviam de ser anunciados oficialmente durante o encontro em Nairobi entre os religiosos e os cabeças dos bandidos armados. Ele reiterou o facto de os princípios não preconizarem o fim dos combates para haver diálogo mas a sua aceitação. «Quando dizemos todos os moçambicanos não queremos dizer apenas aqueles que estão no mato com as armas apontadas contra o povo ou contra o Governo, mas todos os moçambicanos cuja vida não se passa normalmente», disse o Presidente Joaquim Chissano.

Sobre a prorrogação da Lei da Amnistia, o Presidente Joaquim Chissano disse que isso era uma necessidade e que só uma amnistia lhes pode dar a dignidade sem humilhação e sem os colocar sequer na posição de vencidos». A amnistia transforma-os em homens normais ilibados do crime, incluindo o crime de desobediência.

DELINEAR OS PASSOS SEGUINTE

Enquanto a reunião não se realiza, pelo menos até à altura da conferência de Imprensa, o Presidente Joaquim Chissano disse que o Governo moçambicano não estava parado e que havia convidado o Presidente Daniel Arap Moi, do Quênia, para vir a Maputo a fim de delinear as fases seguintes do processo de paz. Ele disse que havia a esperança de finalmente eles ouvirem o apelo que é feito por todas as partes do Mundo e do nosso

povo e que iriam aceitar os princípios anunciados.

Sobre os passos seguintes, o Presidente Joaquim Chissano não adiantou pormenores mas disse que havia ideias que não podiam ser reveladas nem talvez mesmo depois do encontro com Arap Moi, dado que podem merecer correcções. Ele anunciou também que os princípios já haviam sido aprovados pelo Comité Central durante a 11.ª Sessão que na altura decorria.

Respondendo à pergunta de um jornalista sobre se o Governo não considerava oficial a reacção da delegação da chamada RENAMO em Lisboa, o Presidente Joaquim Chissano disse não saber a que estavam eles a reagir já que a comunicação oficial seria feita no encontro de Nairobi. E sobre se o governo teria dado algumas facilidades para que Dlakama saísse donde se encontra para ir à reunião, o Chefe do Estado disse que

«Toda a gente perguntava se o Partido e o Governo queriam ou não o diálogo»



o principal problema era não saber ao certo onde é que Dlakama se encontra, se na África do Sul ou se em Moçambique.

Sobre outra pergunta, se a demora da chegada da delegação da RENAMO a Nairobi não teria a ver com o avião que foi abatido em Sofala, ele respondeu que só sabia que havia sido alvejado um avião que por sinal conseguiu sair e despenhar-se algures. «Não sabemos se era o avião que vinha buscar o Dlakama. Os combates que ocorrem poderiam ter sido noutra lugar, noutra dia. Se fosse para impedir a saída dele, a acção deveria ter começado naquele lugar há duas semanas atrás», disse o Presidente Joaquim Chissano.

Sobre a vinda a Moçambique do novo líder do Partido Nacional da África do Sul, o Presidente Joaquim Chissano disse que De Klerk propôs visitar Moçambique e o que o traz só ele é que sabe. «Eu posso prever que vamos discutir assun-

tos relacionados com a situação geral da África Austral porque são assuntos do nosso interesse».

Falando dos motivos dos sucessivos adiamentos da reunião de Nairobi, em resposta à pergunta de outro jornalista, o Chefe do Estado disse que tinha a impressão de que se devia ao facto da chamada RENAMO nunca ter estado preparada para qualquer tipo de diálogo embora quisesse fazer entender que sim. Sobre se o Governo moçambicano estaria a ser pressionado pelos Estados Unidos para fazer negociações, o Presidente Joaquim Chissano disse que o Governo dos Estados Unidos não pressiona o Governo moçambicano para negociar com a chamada RENAMO e que este e o Congresso subscrevem o relatório Gersony que classifica a chamada RENAMO como um movimento terrorista. «E os Estados Unidos não gostariam de ser eles a negociar com

um grupo terrorista sobretudo a terem negociações de carácter político».

Sobre se o processo de paz em curso significava o abandono da via militar, Chissano disse que Moçambique nunca preconizou uma solução militar e que as próprias Forças Armadas quando dão relatórios o dão sobre a situação político-militar. O Chefe do Estado disse que vários países, incluindo a União Soviética, tinham conhecimento dos passos que estão a ser dados para a paz em Moçambique. Respondendo sobre qual era a posição de Moçambique no que refere à continuação do apoio da RAS à chamada RENAMO, o Presidente Joaquim Chissano disse que «dos contactos havidos se fica com a convicção de que o governo não apoia materialmente a RENAMO mas que tudo indica que há elementos que de qualquer forma apoiam».